

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO

PROF. JOSÉ RICARDO BEZERRA NOGUEIRA

LISTA DE EXERCÍCIO 8

DATA DE ENTREGA: 29/11/2025

Estudante: Maria Eduarda Justino da Silva

Repositório do GitHub: [meduardajustino/Economia-do-Setor-Publico-2025.2](https://github.com/meduardajustino/Economia-do-Setor-Publico-2025.2)

ASSUNTO: IMPOSTO DE RENDA LINEAR + RENDA BÁSICA UNIVERSAL

OBJETIVO: Utilizar um banco de micro dados baseado na Pesquisa de Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) para o impacto redistributivo da substituição do atual sistema de tributos diretos e benefícios sociais por um imposto de renda linear e a introdução de uma renda básica universal.

Um relatório deve ser enviado, até a data limite estabelecida, contendo os resultados da simulação em termos do:

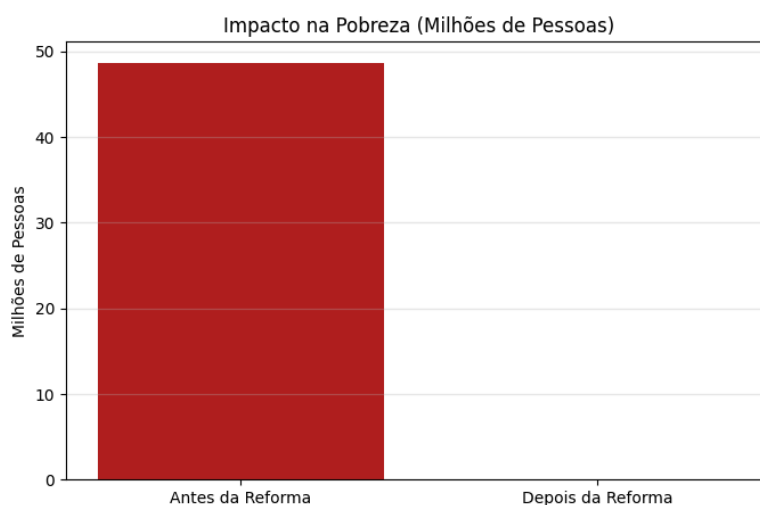
- (i) Número de pobres antes e depois da reforma.
- (ii) Distribuição dos ganhadores e perdedores por decil de renda após a reforma.

—
Para estimar o impacto redistributivo da proposta, utilizou-se um modelo de microsimulação estática aplicado aos microdados da PNADC 2017. A metodologia seguiu as etapas abaixo:

- Calculou-se a Renda Domiciliar Disponível Per Capita (RDDPC) atual, considerando a renda de mercado (REND_I) somada às transferências governamentais existentes (Bolsa Família, BPC, aposentadorias, etc.) e subtraindo os tributos diretos incidentes (IRPF e Contribuição previdenciária).
- Foi instituída uma Renda Básica Universal (RBU) no valor de R\$ 406,00 mensais para todos os indivíduos.
- Substituição da tabela progressiva do IRPF e das contribuições previdenciárias por um imposto de renda linear com alíquota única de 35,7% incidente sobre a renda de mercado e o excedente de aposentadorias.

- Eliminação de transferências focalizadas (como Bolsa Família) e ajuste das aposentadorias e BPC, que passaram a ser deduzidos do valor da RBU recebida.

A simulação demonstrou um impacto grande na erradicação da pobreza monetária imediata, pois havia 48.699.393 pessoas (23,5% da população brasileira) vivendo abaixo da linha de pobreza e com o cenário pós-reforma o número de pobres caiu para 0 (zero). Deste modo, a redução de 100% ocorre por desenho matemático do programa: como o valor da RBU (R\$ 406) é exatamente igual à linha de pobreza, garante-se um piso mínimo de renda para todo cidadão, eliminando estatisticamente a pobreza extrema definida por este valor.



Enquanto a análise do impacto na distribuição de ganhadores e perdedores no sentido da variação da renda líquida é percebida no próximo gráfico, onde a distribuição por decil revela o caráter altamente progressivo da proposta. Isto ocorre porque há uma transferência evidente de renda dos estratos mais ricos (decis 8 a 10) para os mais pobres (1 a 5).

Quase 100% da população dos decis 1 a 5 são ganhadores, a renda recebida via RBU supera drasticamente o valor pago pelo novo imposto, resultando em um aumento líquido de bem-estar financeiro. Já o decil 7 é o ponto de virada, pois até o sexto a maioria ganha, mas no sétimo a situação inverte, com cerca de 55% de perdedores e 45% de ganhadores, indicando que a classe média começa a financiar esse sistema. Já dos decis 8 a 10 há predominância de perdedores, com o décimo tendo quase a totalidade da população perdendo renda líquida. Isso ocorre porque a alíquota de 35,7% sobre rendimentos elevados representa um valor absoluto muito superior aos R\$ 406 recebidos de volta como RBU.

Portanto, a simulação indica que a introdução de uma Renda Básica Universal (transferência lump sum) financiada por um imposto linear seria completamente eficaz no

combate à pobreza, erradicando-a completamente no curto prazo. O custo deste sistema recai majoritariamente sobre os 30% mais ricos da população (Decis 8, 9 e 10), configurando uma forte redistribuição de renda.

